



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.890.331	2.328.783	7.086.251	4.969.955	Fornecedores	18	2.791.397	2.526.912	6.803.240	6.278.757
Contas a receber	8	926.660	1.719.763	3.208.963	5.437.500	Empréstimos e financiamentos	19	868.896	1.014.783	3.542.706	4.415.654
Outras contas a receber	9	21.141	40.131	221.477	279.621	Debêntures	19	549.956	501.844	668.444	501.844
Estoques	11	2.132.697	1.914.938	5.759.648	5.552.769	Salários e encargos sociais	21	330.884	297.300	728.970	758.663
Impostos a recuperar	12	193.714	413.721	871.021	907.702	Impostos e contribuições a recolher	21	101.508	69.102	650.761	332.416
Outros créditos		60.238	68.182	103.324	128.845	Impostos parcelados	21	147.172	183.214	155.368	171.212
Total do ativo circulante		6.224.771	6.485.518	17.250.684	17.276.392	Partes relacionadas	13	2.247.329	183.272	81.411	27.878
Não Circulante						Dividendos propostos	27	166.507	103.387	168.798	103.396
Contas a receber	8	–	–	108.499	110.785	Aquisição de participação de acionistas não controladores	23	–	–	63.021	54.829
Outras contas a receber	9	25.740	46.736	556.397	538.069	Financiamento de compra de imóveis	23	88.181	14.211	88.181	14.211
Estoques	11	–	–	172.280	14.000	Aluguéis a pagar	23	33.258	24.929	51.377	48.991
Impostos a recuperar	12	217.651	24.526	1.231.642	729.998	Receitas antecipadas	26	–	–	92.120	81.915
Instrumentos financeiros	20	–	–	359.057	304.339	Outras contas a pagar	26	207.771	149.153	860.766	711.436
Impostos de renda e contribuição social diferidos	22	185.491	225.010	1.078.842	1.249.687	Total do passivo circulante		7.532.859	5.053.107	13.955.393	13.501.202
Partes relacionadas	13	1.532.309	1.143.031	172.164	133.415	Não circulante					
Depósitos para recursos judiciais	24	548.375	386.487	952.294	737.688	Empréstimos e financiamentos	19	1.961.225	2.292.024	2.539.751	4.103.382
Outros créditos		49.064	31.979	61.892	36.898	Debêntures	19	2.942.111	2.137.518	3.741.353	2.137.518
Investimentos	14	6.736.527	4.301.137	362.429	340.122	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	–	–	1.137.376	–
Imobilizado	16	5.816.754	5.074.613	8.114.498	7.358.250	Impostos parcelados	21	1.119.029	1.202.667	1.204.543	1.291.810
Intangíveis	17	1.108.116	840.436	4.975.556	4.939.361	Provisão para demandas judiciais	24	345.683	236.922	774.361	680.123
Total do ativo não circulante		16.220.027	12.073.955	18.145.550	16.492.612	Aquisição de participação de acionistas não controladores	23	–	–	158.201	188.602
Total do ativo		22.444.808	18.559.473	35.396.234	33.769.004	Receitas antecipadas	26	–	–	471.665	381.406
						Outras contas a pagar		49.176	11.962	345.640	275.663
						Total do passivo não circulante		6.417.224	5.881.093	10.372.890	10.173.377
						Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores					
						Capital subscrito	27	6.710.035	6.129.405	6.710.035	6.129.405
						Reservas de capital	27	228.459	384.342	228.459	384.342
						Reservas de lucros	27	1.556.231	1.111.526	1.556.231	1.111.526
						Participação de acionistas não controladores		8.494.725	7.625.273	8.494.725	7.625.273
						Total do patrimônio líquido		8.494.725	7.625.273	11.067.951	10.094.425
						Total do passivo e patrimônio líquido		22.444.808	18.559.473	35.396.234	33.769.004

Alguns saldos de 2011 foram reclassificados para melhor apresentação e comparabilidade. Vide nota explicativa nº 2.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida (Nota 28)	19.051.956	17.744.191	50.924.461	46.594.486
Custo das mercadorias vendidas (Nota 29)	(14.064.637)	(13.158.402)	(37.120.732)	(33.935.134)
Lucro bruto	4.987.322	4.585.789	13.803.729	12.659.352
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas (Nota 29)	(2.798.322)	(2.543.293)	(8.360.114)	(7.936.647)
Gerais e administrativas (Nota 29)	(643.832)	(596.361)	(1.753.859)	(1.683.097)
Depreciação e amortização	(377.202)	(310.398)	(798.354)	(678.377)
Resultado financeiro líquido (Nota 31)	(455.910)	(472.935)	(1.192.873)	(1.332.708)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 14)	603.705	374.685	10.819	34.825
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 30)	(80.119)	(234.188)	(33.014)	(258.693)
	(3.751.680)	(3.782.490)	(12.127.395)	(11.854.697)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição e das participações dos empregados	1.235.642	803.299	1.676.334	804.655
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	(184.461)	(85.080)	(519.898)	(84.999)
Lucro líquido do exercício	1.051.181	718.219	1.156.436	719.656
Atribuível a:				
Acionistas controladores da Companhia (Nota 32)			1.051.181	718.219
Participação dos acionistas não controladores			105.255	1.437
			1.156.436	719.656

Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício - R\$) (Nota 32)

	Controladora	Consolidado
Básico		
Preferenciais	4,15	2,87
Ordinárias	3,78	2,61
Diluído		
Preferenciais	4,12	2,85
Ordinárias	3,78	2,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	1.051.181	718.219	1.156.436	719.656
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	1.051.181	718.219	1.156.436	719.656
Atribuível a:				
Acionistas controladores da Companhia			1.051.181	718.219
Participação dos acionistas não controladores			105.255	1.437
			1.156.436	719.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de Capital				Reservas de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital Social	Especial	Outras reservas	Opções de compra	Legal	Expansão	Reservas em Tesouraria	Retenção de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.579.259	344.605	7.398	111.145	212.339	701.923	(6.868)	73.521	–	7.023.322	2.477.270	9.500.592
Aumento de capital social	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitalização de reservas	527.175	(105.675)	–	–	–	(379.350)	–	(42.150)	–	–	–	–
Capital subscrito	22.971	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Opções de ações outorgadas	–	–	–	26.869	–	–	–	–	–	22.971	–	22.971
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	26.869	–	26.869
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.555)	(9.555)
Apropriação de lucro líquido para reserva legal	–	–	–	–	35.910	–	–	–	718.219	718.219	1.437	719.656
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(170.578)	(170.578)	–	(170.578)
Ganho/(Perda) de participação societária	–	–	–	–	–	–	–	4.470	4.470	4.470	–	4.470
Retenção para reserva de expansão	–	–	–	–	–	460.557	–	–	(460.557)	–	–	–
Reserva para retenção de lucros	–	–	–	–	–	–	51.174	–	(51.174)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.129.405	238.930	7.398	138.014	248.249	783.130	(6.868)	87.015	–	7.625.273	2.469.152	10.094.425
Aumento de capital social	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitalização de reservas (nota 27 (c) e (e))	559.320	(200.905)	–	–	–	(322.572)	–	(35.843)	–	–	–	–
Capital subscrito (nota 27 (a))	21.310	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Opções de ações outorgadas (nota 27 (d))	–	–	–	45.022	–	–	–	–	–	45.022	–	45.022
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.051.181	105.255	1.156.436
Apropriação de lucro líquido para reserva legal (nota 27 (e))	–	–	–	–	52.559	–	–	–	–	(52.559)	–	–
Dividendos propostos (nota 27 (g))	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(249.655)	(2.232)	(251.887)
Ganho de participação societária	–	–	–	–	–	–	–	–	1.502	1.502	1.051	2.553
Retenção para reserva de lucro	–	–	–	–	–	–	–	–	748.967	(748.967)	–	–
Dividendos prescritos	–	–	–	–	–	–	–	–	92	–	–	92
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.710.035	38.025	7.398	183.036	300.808	460.558	(6.868)	801.733	–	8.494.725	2.573.226	11.067.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		
Caixa líquido das atividades operacionais	646.471	450.353	5.299.255	1.128.063	Variações nos ativos e passivos	–
Caixa gerado das operações	1.587.461	1.256.466	3.217.041	2.518.539	Contas a receber	50.056
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Aplicação em títulos e valores mobiliários	(126.307)
Lucro líquido do exercício	1.051.181	718.219	1.156.436	719.656	Estoques	(27.233)
Ajuste para reconciliação do lucro líquido					Impostos a recuperar	(757.634)
Imposto de renda diferido (Nota 22)	39.520	85.080	193.348	(57.118)	Partes relacionadas	(464.916)
Depreciação/amortização	377.202	310.398	834.109	706.494	Depósitos judiciais	(78.997)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 14)	(603.705)	(374.685)	(10.819)	(34.825)	Fornecedores	114.539
Ajuste a valor presente	(9.987)	(952)	(13.696)	22.427	Salários, encargos sociais e impostos a pagar	(137.326)
Encargos financeiros	613.257	488.657	1.099.034	965.557	Instrumentos financeiros	–
Provisão para contingência (Nota 24)	55.506	(10.738)	83.477	(4.798)	Outras exigibilidades	21.912
Pagamento baseado em ações	45.022	26.869	45.022	26.869	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(940.990)
Receita com permuta	–	–	(158.280)	–	Fl	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração
As demonstrações financeiras compreendem:
• As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS, seriam pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional"), que é o Real (R\$), que também é a moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. A Administração considerou nos saldos iniciais da Controladora, o saldo dos recebíveis vendidos ao Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC") que ainda estavam em aberto em 31 de dezembro de 2011. Esta mudança visa representar os riscos que a Controladora assumia na data do balanço. Em adição e para melhor apresentação e comparabilidade os seguintes saldos de 31 de dezembro de 2011 também foram reclassificados:

3. Base de consolidação
a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Sociedades Subsidiárias:	Participação nos investimentos - %			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Novasco Comercial Ltda. ("Novasco")	100,00	-	100,00	-
Sé Supermercado Ltda. ("Sé")	100,00	-	93,10	0,69
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	18,33	76,04
Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC")	-	-	9,04	1,06
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	82,75	17,25	-	93,79
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100,00	-	94,36
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellmar Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	-	93,10
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardell Empreendimentos e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços. Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	89,42	9,85
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,90	0,10
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,90	0,10
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API S&P Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Posto GPA Clara Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Império Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Salim Maluf Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Santo André Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Lapa Ltda.	-	100,00	-	-
Duque Conveniências Ltda.	-	100,00	-	-
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	52,41	-	52,41
Via Varejo S.A.	52,41	-	52,41	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	52,41	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	52,41	-	52,41
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	52,41	-	52,41
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	52,41	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	52,41	-	52,15
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	39,05	31,11	39,05	31,11
E-HubConsult. Particip. e Com. S.A. ("E-Hub")	-	70,16	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	70,16	-	70,16
Saper Participações Ltda.	-	-	24,21	-
Sabara S.A.	-	52,41	-	52,41
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	52,41	-	52,41
Associadas e Joint Ventures:	-	52,41	-	7,86
Ponto Frio Leasing S.A.	-	-	-	26,21
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	43,22	-	40,76
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	13,10	-	13,10
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	-	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	2,00	-	26,21	-
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	43,22	-	40,76

Todas as participações são calculadas considerando o percentual detido pela GPA ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que algumas empresas possuem acordo de acionistas que confere o controle à Companhia e, portanto, são consolidadas integralmente.

b) Subsidiárias
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não uma entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

- i. **Novasoc**
Embora a participação da Companhia na Novasoc represente 100% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o contrato social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.
- ii. **PAFIDC e Globex FIDC**
A Companhia consolida as demonstrações financeiras do PAFIDC e do Globex FIDC, que representam fundos de investimento constituídos com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo baixo risco de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estarem vinculados a quotas subordinadas detidas pela Companhia e pelas subsidiárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 as operações com o PAFIDC e Globex FIDC foram reestruturadas, vide nota explicativa nº 10.
- iii. **Via Varejo**
A Companhia detém 52,41% de participação no capital social da Via Varejo, conferindo-lhe o controle dessa subsidiária, consolidando integralmente suas demonstrações financeiras. A Via Varejo concentra as atividades de comércio de eletroeletrônicos, operando sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia". A Companhia atua também por meio de sua subsidiária Nova Pontocom, no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviagens.com.br.
- iv. **Sendas**
A Companhia detém 100% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no Estado do Rio de Janeiro.
- v. **GPA M&P**
Em 2011, a Companhia iniciou os trabalhos para organizar o GPA M&P uma subsidiária com o objetivo de gerir e explorar seu patrimônio imobiliário.

c) **Associadas - Ponto Frio Leasing S.A.**
Em AGE da BINV realizada em 30 de dezembro de 2011, foi aprovada a incorporação integral da Ponto Frio Leasing S.A. com base no balanço patrimonial de 30 de novembro de 2011, o que ocorreu em 13 de abril de 2012, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

d) **Associadas - BINV e FIC**
Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que o poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.

A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação em associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do exercício como resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e, quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperado. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

e) **Participação em joint venture - Bartira**
A Companhia possui participação direta em uma joint venture, denominada Bartira, na qual a participação do GPA, por meio de sua subsidiária NCB, é de 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda. ("Casa Bahia"), possui participação de 75%, os quais formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na joint venture utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da joint venture com itens semelhantes - linha a linha - em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da joint venture são preparadas para o mesmo exercício e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia. Demonstramos a seguir, as principais linhas das demonstrações financeiras condensadas da Bartira. Vale salientar que a Companhia consolida proporcionalmente 25% de Bartira.

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante	157.196	130.564
Ativo não circulante	73.244	60.259
Total do ativo	230.440	190.823
Passivo circulante	111.500	87.216
Passivo não circulante	16.440	1.177
Patrimônio líquido	102.500	102.429
Total do passivo e patrimônio líquido	230.440	190.822
Resultado		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	464.048	473.838
Lucro antes do imposto de renda	5.516	23.387
Lucro líquido do exercício	68	14.619

4. Principais políticas contábeis
a) **Instrumentos financeiros**
Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada categoria de ativo ou passivo financeiro. A nota explicativa nº 20 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

	Controladora			31/12/2011 reclassificado
	31/12/2011 publicado	FIDC	Agio sobre investimentos	
Ativo:				
Contas a receber - corrente	791.538	928.225	-	1.719.763
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	124.276	(124.276)	-	-
Investimentos	4.191.683	-	109.454	4.301.137
Intangível	949.890	-	(109.454)	840.436
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	210.834	803.949	-	1.014.783

	Consolidado			31/12/2011 reclassificado
	31/12/2011 publicado	Paes Mendonça	Agio sobre investimentos	
Ativo:				
Contas a receber - não corrente	555.841	(445.056)	-	110.785
Outras contas a receber - não corrente	107.013	445.056	-	(14.000)
Estoque - não corrente	-	-	-	14.000
Investimentos	253.250	-	86.872	340.122
Intangível	5.026.233	-	(86.872)	4.939.361

	Participação nos investimentos - %			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Novasco Comercial Ltda. ("Novasco")	100,00	-	100,00	-
Sé Supermercado Ltda. ("Sé")	100,00	-	93,10	0,69
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	18,33	76,04
Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC")	-	-	9,04	1,06
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	82,75	17,25	-	93,79
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100,00	-	94,36
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellmar Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	-	93,10
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardell Empreendimentos e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços. Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	89,42	9,85
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,90	0,10
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,00	1,00
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,90	0,10
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API S&P Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Posto GPA Clara Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Império Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Salim Maluf Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Santo André Ltda.	-	100,00	-	-
Posto GPA Lapa Ltda.	-	100,00	-	-
Duque Conveniências Ltda.	-	100,00	-	-
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	52,41	-	52,41
Via Varejo S.A.	52,41	-	52,41	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	52,41	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	52,41	-	52,41
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	52,41	-	52,41
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	52,41	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	52,41	-	52,15
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	39,05	31,11	39,05	31,11
E-HubConsult. Particip. e Com. S.A. ("E-Hub")	-	70,16	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	70,16	-	70,16
Saper Participações Ltda.	-	-	24,21	-
Sabara S.A.	-	52,41	-	52,41
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	52,41	-	52,41
Associadas e Joint Ventures:	-	52,41	-	7,86
Ponto Frio Leasing S.A.	-	-	-	26,21
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	43,22	-	40,76
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	13,10	-	13,10
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	-	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	2,00	-	26,21	-
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	43,22	-	40,76

(i) **Ativos financeiros**
Reconhecimento inicial e mensuração
Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias e incluídos no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; e (iii) investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente
• **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

• **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

• **Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento:** são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira, até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de ativos financeiros
Um ativo financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos. Provisões

a) As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada a eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

b) **Distribuição de dividendos**
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

c) **Receitas antecipadas**
As receitas antecipadas são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

d) **Patrimônio líquido**
As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do Patrimônio Líquido, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no Patrimônio Líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

e) **Pagamento baseado em ações**
Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

f) **Operações liquidadas com ações**
O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

g) **Despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

h) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

i) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

j) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

k) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

l) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

m) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

n) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

o) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

p) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

q) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

r) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

s) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

t) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

u) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

v) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

w) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

x) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

y) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

z) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

aa) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

ab) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

ac) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

ad) **Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.**

ae) **Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao plano de seguro são reconhecidas imediatamente no exercício em que ocorre o cancelamento, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.**

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal - nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

Combinações de negócios e ágio
Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. [O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, o adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ele avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração de reserva nos custos mensurados ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades. Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade, a venda do ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

Plano de pensão
O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano.

Programas de fidelidade de cliente
São incluídas na Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços, em compras subsequentes.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

Demonstração do valor adicionado
Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para fins de divulgação pública e em obediência ao disposto no artigo 17º de janeiro de 2013. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza criada pela Companhia, em termos de salários, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Normas publicadas ainda não vigentes
Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta lista de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (CPC 36 (R3)) - a IFRS 10 substitui o SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos do investidor. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 11 - Joint Ventures (CPC 18 (R2)) - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As joint ventures devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma, e sua aplicação trará efeitos sobre a joint venture Barreira, que em 1º de janeiro de 2013, deixará de consolidar proporcionalmente suas demonstrações financeiras (conforme demonstrado na nota 3(e)), e preliminarmente, a Companhia avalia a possibilidade de contabilizar pelo método de equivalência patrimonial.

IFRS 12 - Divulgação da participação em outras entidades (CPC 45) - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo (CPC 46) - a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

• **IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras (CPC 26 (R1))** - apresentação de itens de "Outros resultados abrangentes", cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Esta norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia;

• **IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (CPC 36)** - como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

• **IAS 28 - Investimentos em Coligadas (CPC 18 (R2))** - como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 - Investimentos em Associadas, *Joint Ventures* e descreve a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimento em *Joint Ventures*, além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma, e sua aplicação trará efeitos sobre a joint venture Barreira, que em 1º de janeiro de 2013, deixará de consolidar proporcionalmente suas demonstrações financeiras (conforme demonstrado na nota 3(e)), e preliminarmente a Companhia avalia a possibilidade de contabilizar pelo método de equivalência patrimonial.

• **IAS 32 - Instrumentos financeiros - Apresentação (CPC 39)** - adição orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas
Julgamentos, estimativas e premissas
A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidencição dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Não houve o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Compromissos de arrendamento mercantil financeiro - a Companhia como arrendatária
A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, que retem a totalidade dos riscos e das recompensas significativas da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

Redução ao valor recuperável - impairment
Conforme método divulgado na nota 4 (i), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício líquido em 31 de dezembro de 2012, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às Unidades Geradoras de Caixa - UGC (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

• Passo 1: comparou-se o valor contábil das UGC's com um múltiplo de venda (30%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGC's com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2;

• Passo 2: Preparamos fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de Vendas entre 5,1% e 6,7% até o 5º ano, e crescimento de 2% acima da inflação para o 6º ano em diante. A taxa de desconto utilizada foi 10,8%.

Impostos sobre a renda
Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzida na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucro tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, ele é determinado usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos inputs tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Pagamentos baseados em ações
A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da entrega. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da entrega. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 27 (f).

Provisão para demandas judiciais
A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos cuja nota explicativa nº 24. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis a hierarquia das leis, a jurisdição disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia acredita que as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Caixa e contas bancárias	230.183	144.507	490.616	399.133	
Aplicações financeiras:					
Itaú BBA	100,2%	370.448	549.678	1.430.672	1.031.876
Itaú - Fundo Delta	101,1%	706.548	1.069.170	1.831.692	1.738.612
Monte do Brasil	101,5%	722.665	400.167	1.376.813	631.716
Bradesco	102,7%	684.409	118.051	1.496.352	852.626
Santander	102,5%	61.744	3.080	62.692	110.996
CEF	98,7%	3.046	2.842	4.104	2.812
Votorantim	100,8%	2.196	2.614	5.850	7.433
Safra	100,7%	83.873	1.826	337.682	156.317
Outros	(b)	25.309	36.852	49.778	68.344
		<u>2.890.331</u>	<u>2.328.763</u>	<u>7.086.251</u>	<u>4.969.955</u>

(a) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são substancialmente operações compromissadas, remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas ao final de cada mês.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Administradoras de cartões de crédito (a)	146.114	144.227	421.384	454.648
Tickets de vendas	124.845	92.810	181.251	151.311
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	-	-		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lojas	1.288.127	1.172.026	2.890.345	3.489.429
Centrais de distribuição	892.962	796.600	3.037.565	2.292.992
Estoque em construção (d)	-	-	172.280	14.000
Bonificações nos estoques (a)	(40.251)	(46.908)	(99.453)	(130.304)
Provisão para obsolescência/perdas e quebras (b)	(8.141)	(6.780)	(53.126)	(75.809)
Ajuste a valor presente (c)	-	-	(15.683)	(23.539)
Circulante	2.132.697	1.914.938	5.931.928	5.566.769
Não circulante	2.132.697	1.914.938	5.759.648	5.552.769
Total	-	-	172.280	14.000

a) **Bonificações nos estoques**
A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem à bonificação se realiza.

b) **Provisão para obsolescência/perdas e quebras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
No início do exercício	(6.780)	(8.921)	(75.809)	(51.906)
Adições	(5.132)	(3.878)	(59.311)	(271.810)
Baixas	3.771	6.019	81.994	247.907
No fim do exercício	(8.141)	(6.780)	(53.126)	(75.809)

c) **Ajuste a valor presente - Via Varejo**
O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária indreta NCB. Para a Companhia e demais subsidiárias, a Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

d) **Estoques em construção**
O valor dos estoques de unidades imobiliárias em construção se refere ao valor justo da permuta de terreno por unidades imobiliárias (nota explicativa nº 28).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre vendas	63.389	176.986	609.977	434.531
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (a)	41.637	169.829	575.236	262.242
Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS/COFINS a recuperar	21.752	7.157	34.741	172.289
Social - PIS/COFINS a recuperar	40.270	110.532	115.635	250.691
Aplicação financeira	36.381	63.479	70.157	171.066
Outros	3.889	47.053	45.478	79.625
Outros	90.055	126.203	145.409	222.480
ICMS a recuperar sobre imobilizado (a)	-	10.594	23.175	52.733
ICMS substituição tributária (a)	88.261	93.741	88.261	94.291
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	29.338	43.497
Outros	1.794	22.469	4.753	33.199
Ajuste a valor presente (a)	-	(601)	(118)	(1.240)
Circulante	193.714	413.721	871.021	907.702
Imposto sobre vendas	150.333	-	1.144.790	687.925
ICMS a recuperar (a)	15.333	-	994.077	677.055
PIS/COFINS a recuperar	-	-	150.713	10.830
Outros	67.318	24.526	86.852	42.073
ICMS a recuperar sobre imobilizado (a)	-	31.781	6.679	55.306
Ajuste a valor presente (a)	-	(7.255)	(680)	(13.233)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	67.318	-	80.853	-
Não circulante	217.651	24.526	1.231.642	729.998
Total	411.365	438.247	2.102.663	1.637.700

(a) A realização do ICMS total desse valor nos próximos cinco anos ocorrerá conforme indicado a seguir:

Em	Controladora	Consolidado
Até um ano	129.898	686.554
2014	98.140	535.329
2015	33.807	335.118
2016	8.439	99.788
2017	9.947	29.841
Total	280.231	1.686.630

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi preparado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13. Partes relacionadas

a) **Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Clientes				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	41.395	42.232	-	-
Sé Supermercados	91.009	91.146	-	-
Sendas Distribuidora	55.121	57.312	-	-
Barcelona	1.865	5.137	-	-
Xantocarpa	-	1	-	-
Via Varejo	1.858	1.176	-	-
Nova Pontocom (xii)	1.182	754	-	-
Total	192.430	197.758	-	-
<i>Fornecedores</i>				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	14.627	8.482	-	-
Sé Supermercados	4.526	4.662	-	-
Sendas Distribuidora	12.883	17.984	-	-
Barcelona	2.809	1.923	-	-
Xantocarpa	590	1.530	-	-
Via Varejo	1.936	1.721	-	-
Nova Pontocom (xii)	1.127	1.148	-	-
Total	42.588	47.950	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC	10.905	8.574	13.673	10.679
Dunnhumby (xiv)	20	186	20	186
<i>Joint Ventures:</i>				
Indústria de Móveis Barтира Ltda. (xiii)	-	-	35.984	58.158
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Globalbev Bebidas e Alimentos	2.928	2.586	3.422	3.012
Bravo Café	212	231	213	231
Fazenda da Toca Ltda (xv)	475	222	560	254
Sykyú Geração de Energia (vii)	127	-	341	-
Axialent	-	307	-	310
Total	53.165	49.556	54.213	72.830
Total	179.268	148.208	104.213	120.630

Vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<i>Controladas:</i>				
Novasoc	359.134	340.064	-	-
Sé Supermercados	838.015	808.432	-	-
Sendas Distribuidora	367.007	326.680	-	-
Barcelona	1.591	9.299	-	-
Via Varejo S.A.	-	4	-	-
Nova Pontocom (xii)	-	15.671	-	-
Nova Casa Bahia	19	1.926	-	-
Total	1.565.766	1.502.076	-	-
<i>Compras</i>				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	7.377	3.995	-	-
Sé Supermercados	10.510	13.636	-	-
Sendas Distribuidora	47.490	34.494	-	-
Nova Pontocom (xii)	19	-	-	-
ECQD Participações	-	2	-	-
E-HUB Cons. Part. e Com. S.A.	767	217	-	-
Total	66.153	52.344	-	-
<i>Joint Ventures:</i>				
Indústria de Móveis Barтира Ltda. (xiii)	-	-	449.392	348.392
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Globalbev Bebidas e Alimentos	11.808	10.227	14.175	9.992
Bravo Café	1.590	1.589	1.600	1.209
Sykyú Geração de Energia (vii)	4.018	5.432	13.748	22.318
Fazenda da Toca Ltda. (xv)	6.105	3.063	6.934	2.375
Total	89.684	72.675	485.849	384.286

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	-	7.898	-	7.898
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	56.046	18.994	-	-
Sé Supermercados (ix)	-	40.313	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	1.262.060	889.455	-	-
Xantocarpa	21.069	18.698	-	-
Barcelona (ix)	-	88.030	-	-
Nova Pontocom (xii)	24.557	15.059	-	-
GPA M&P	20.501	-	-	-
Vancouver (xvi)	83.848	3.183	-	-
Nova Casa Bahia	806	5	-	-
Posto GPA - Salim Maluf (ix)	453	-	-	-
Posto GPA - Sarmó André (ix)	170	-	-	-
Posto GPA - Loja Conveniência (ix)	109	-	-	-
Posto GPA - Império (ix)	477	-	-	-
Posto GPA - Lapa (ix)	343	-	-	-
Posto GPA - Clara (ix)	340	-	-	-
Rede Duque (xxiii)	-	-	472	-
Total	1.632.309	1.143.031	172.164	133.415
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	-	-	-	3.634
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Vedra	20	20	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	103.236	55.243
Administradores da Nova Pontocom (vi)	37.082	34.209	37.082	34.209
Audax SP (x)	22.335	20.746	22.335	20.728
Audax Rio (x)	3	-	6.957	9.378
Outros	2.090	6.421	2.082	2.325
Total	1.532.309	1.143.031	172.164	133.415

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	1.242	-	1.242	-
<i>Controladas:</i>				
Fundo Península (ii)	15.756	15.256	16.218	15.772
<i>Controladas:</i>				
Sé Supermercados (ix)	1.246.051	-	-	-
Barcelona (ix)	621.580	-	-	-
Via Varejo (ix)	332.609	153.212	-	-
Bellamar	14.283	-	-	-
Nova Pontocom (xii)	-	959	-	-
P.A. Publicidade	11.775	7.601	-	-
Total	2.247.329	188.272	81.641	27.878

Recitas (Despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	(5.511)	(5.061)	(5.511)	(5.061)
Fundo Península (ii)	(148.897)	(142.823)	(156.707)	(148.460)
Grupo Diniz (iii)	(18.974)	(17.553)	(18.974)	(18.776)
Wilkes Participações (xx)	(2.803)	(2.259)	(2.803)	(2.259)
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	8.713	7.715	-	-
Sé Supermercados (ix)	22.272	20.109	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	53.894	51.937	-	-
Audax SP (x)	(13.172)	(13.340)	(13.172)	(13.340)
Audax Rio (x)	-	-	(13.834)	(13.803)
FIC (iv)	17.027	-	19.272	1.842
Dunnhumby (xiv)	(807)	(334)	(807)	(334)
<i>Joint Ventures:</i>				
Indústria de Móveis Barтира Ltda. (xiii)	-	-	(139)	-
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Sykyú Consultoria em Energia Ltda. (viii)	(828)	(382)	(2.019)	(382)
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	(152.033)	(141.183)
Administradores da Nova Pontocom (vi)	2.873	3.555	2.873	3.555
Axialent Consultoria (xxii)	(1.840)	(2.921)	(1.840)	(2.921)
Habile Segurança e Vigilância Ltda (xix)	-	-	(30.117)	(38.719)
Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (xvii)	(8.400)	(8.400)	(8.400)	(8.400)
Total	(96.653)	(109.757)	(384.211)	(388.041)

As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

i. **Casino:** Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$ 2.727 mil, permite a transferência de "know-how" no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por sete anos, com renovação automática por prazo indeterminado. A partir do sétimo ano de vigência, o valor do pagamento anual passará a ser de US\$ 1.818 mil. Esse contrato foi aprovado na AGE ocorrida em 16 de agosto de 2005.

ii. **Fundo Península:** 59 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a Sé e 1 imóvel com a Barcelona.

iii. **Grupo Din**



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Custos de captação de empréstimos capitalizados
O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$17.205 (R\$27.076 em 31 de dezembro de 2011). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 106,4% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

e) Adições ao ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Adições (i)	767.861	726.557	1.308.951	1.262.640
Arrendamentos financeiros (ii)	-	50.239	3.177	101.318
Juros capitalizados	15.738	21.461	17.205	27.076
Financiamento de imóveis	124.004	-	124.004	-
Total	907.603	798.257	1.453.337	1.391.034

(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

(ii) Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de imobilizado realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$3.177 (R\$101.318 em 31 de dezembro de 2011), Controladora e Consolidado, referente a aquisições de imobilizado realizadas por intermédio de arrendamentos mercantis financeiros, por não envolver, na data de aquisição, desembolso de caixa.

f) Outras informações
Em 31 de dezembro de 2012 as subsidiárias Via Varejo e NCB contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados o valor consolidado de R\$35.755 (R\$30.476 em 31 de dezembro de 2011), referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários e edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

g) Testes de recuperação de ativos
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 10,8% antes dos impostos sobre a renda.

17. Intangíveis

a) Controladora

	Saldo em:		Amor- tização	Transfe- rências	Saldo em:
	31/12/2010	Adições			
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	183.781
Ágio - varejo	300.614	-	-	(109.454)	191.160
Fundo de Comércio - varejo (e)	-	-	-	17.600	17.600
Softwares e implantação (h)	195.260	155.114	(53.493)	(11.188)	162.202
	679.655	155.114	(53.493)	(11.188)	703.348
	840.436	-	-	-	840.436

	Saldo em:		Amor- tização	Transfe- rências	Saldo em:
	31/12/2011	Adições			
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	183.781
Ágio - varejo	191.160	-	173.133	(300)	355.412
Fundo de Comércio - varejo (e)	17.600	-	-	17.302	34.902
Softwares e implantação (h)	447.895	25.512	(68.486)	114	712.899
	840.436	25.512	(68.486)	173.247	1.008.112

(*) Refere-se à reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1 c).

b) Consolidado

	Saldo em:		Amor- tização	Transfe- rências	Saldo em:
	31/12/2010	Adições			
Ágio - atacado de autosserviços	358.965	-	-	2.602	361.567
Ágio - eletro	289.084	-	-	7.580	296.664
Ágio - varejo	723.776	-	-	(6.706)	717.070
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639	-	-	-	38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.010	82	-	126	2.015.218
Fundo de Comércio - eletro (e)	603.266	7.779	(12.139)	(10.793)	613.844
Mais valia de investimento	86.872	-	-	(86.872)	-
Fundo de Comércio - varejo (e)	-	-	-	17.600	17.600
Relacionamento de clientes - eletro	24.845	-	(6.283)	-	18.562
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	212.652	-	(77.720)	-	134.932
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	251.994	-	(50.992)	-	201.002
Software (h)	310.877	183.774	(79.173)	(32.407)	447.895
Total intangível	4.915.980	191.635	(226.307)	(43.200)	5.257.308

	Saldo em:		Amor- tização	Transfe- rências	Saldo em:
	31/12/2011	Adições			
Ágio - atacado de autosserviços	361.567	-	-	-	361.567
Ágio - eletro	296.664	-	-	(57)	296.607
Ágio - varejo	717.070	38.777	-	(300)	746.965
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639	-	-	-	38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.218	41	-	-	2.015.259
Fundo de Comércio - eletro (e)	613.484	-	(8.050)	(579)	608.297
Fundo de Comércio - varejo (e)	17.600	-	-	17.302	34.902
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	-	-	-	-	10.000
Relacionamento de clientes - eletro	18.562	-	(6.282)	-	12.280
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	134.932	-	(73.738)	-	61.194
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	201.002	-	(51.864)	-	149.138
Software (h)	524.623	84.402	(98.180)	(800)	130.663
Total intangível	4.939.361	123.220	(238.114)	(1.679)	5.257.308

c) Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis
Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio decorrentes de aquisição cujo saldo deixou de ser amortizado a partir de 01 de janeiro de 2008 com o objetivo de avaliar se ocorreram alterações no valor contábil dos ativos decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que poderiam indicar deterioração ou perda do valor recuperável "impairment" para todas as Unidades Geradoras de Caixa ("UGC").
Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado a quatro unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, sendo Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.
O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,8% (15,5% em 31 de dezembro de 2011), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,7% (3,0% em 31 de dezembro de 2011). Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável.

d) Marca
A marca do atacado de Autosserviço refere-se à "ASSAI", e as marcas do eletro referem-se a "PONTOPRIO" e "CASAS BAHIA". Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.
O valor foi submetido a teste recuperável de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento de perpetuo de 2,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,9%.

e) Fundo de Comércio
Os Fundos de Comércio se referem a valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais e, por montantes calculados como o valor justo destes direitos nas combinações de negócio de Casas Bahia e Pontoprio. Para fins de teste de recuperabilidade destes ativos, foram alocados às lojas que deram origem ao direito, e testados em conjunto com o ativo imobilizado, conforme descrito na nota 6 (b).

f) Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira
A NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Esse contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi registrado por ocasião da combinação de negócio e foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurada a metodologia *"Income Approach"*.
A vida útil desse ativo foi definida como três anos, encerrando-se durante o ano de 2013. Esse intangível foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

g) Contrato de aluguel vantajoso - NCB
Refere-se aos imóveis da CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional em condições vantajosas realizado pela NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicada a metodologia *"Income Approach"*. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre a CB e a Companhia.
A vida útil desse ativo foi definida como dez anos de acordo com o contrato de associação. Esse intangível foi submetido a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

h) Outros Intangíveis
O software foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.
Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

i) Ativos intangíveis com vida útil definida
Contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores produtos	2.142.033	2.052.952	5.820.514	5.541.769
Fornecedores de serviços	649.364	473.960	947.805	740.000
Fornecedores outros	-	-	55.599	7.699
Ajuste a Valor Presente	-	-	(20.678)	(10.711)
	2.791.397	2.526.912	6.803.240	6.278.757

19. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Debêntures (i)	-	-	-	-
Contratos de swap (c), (g)	(206)	68	(206)	68
Custo de captação	(4.756)	(4.346)	(5.353)	(4.346)
	549.956	501.844	668.444	501.844
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda local				
BNDES (e)	90.863	109.224	113.236	152.751
IBM	-	-	5.100	6.815
Capital de giro (c)	154.896	38.065	155.196	126.892
Crédito direto ao consumidor por intermédio - CDCI (c) (d)	-	-	2.498.997	2.263.122
PAFIDC (Nota 10)	-	803.949	-	1.235.901
Arrendamentos financeiros (Nota 25)	66.863	55.800	83.054	81.521
Contratos de swap (c), (g)	(11.210)	(882)	(11.210)	(882)
Custo de captação	(5.983)	(6.244)	(7.290)	(8.670)
Outros	-	-	-	2.379
	295.429	999.732	2.837.083	3.859.829
Em moeda estrangeira				
Capital de giro (c)	592.470	15.546	723.140	537.023
Contratos de swap (c), (g)	(18.874)	(197)	(17.387)	19.163
Custo de captação	(129)	(298)	(130)	(361)
	573.467	15.051	705.623	555.825
	1.418.852	1.516.627	4.211.150	4.917.498
Controladora				
Consolidado				
Não circulante				
Debêntures (i)	-	-	-	-
Debêntures	2.948.000	2.145.886	3.748.000	2.145.886
Custo de captação	(5.889)	(8.368)	(6.647)	(8.368)
	2.942.111	2.137.518	3.741.353	2.137.518
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda local				
BNDES (e)	269.090	375.560	283.141	405.515
IBM	-	-	-	5.112
Capital de giro (c)	1.435.568	1.098.730	1.806.566	1.406.575
Crédito direto ao consumidor por intermédio - CDCI (c) (d)	-	-	130.338	129.300
Globex FIDCs	-	-	-	1.184.522
Arrendamentos financeiros (Nota 25)	138.066	152.344	162.537	194.788
Contratos de swap (c), (g)	(35.221)	(17.129)	(35.221)	(25.779)
Custo de captação	(6.914)	(7.244)	(8.172)	(7.780)
	1.800.589	1.602.261	2.339.189	3.292.253
Em moeda estrangeira				
Capital de giro (c)	211.902	716.621	258.811	832.657
Contratos de "swap"(c), (g)	(50.456)	(26.729)	(58.249)	(21.399)
Custo de captação	-	(129)	-	(129)
	160.636	689.763	200.562	811.129
	4.903.336	4.429.542	6.281.104	6.240.900

b) BNDES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Encargos financeiros anuais				
TJLP + 3,2%	46	46	46	46
TJLP + 2,7%	46	46	46	46
TJLP + 3,6%	60	60	60	60
4,5% a.a.	60	60	60	60
TJLP + 2,3%	48	48	48	48
TJLP + 2,3%	48	48	48	48
TJLP + 1,9% a.a.	30	30	30	30
7% a.a.	24	24	24	24
TJLP + 1,9% a.a. + de 1% a.a.	30	30	30	30
TJLP + 3,5% a.a. + de 1% a.a.	30	30	30	30
TJLP + 3% a.a.	24	24	24	24

c) Debêntures

	Tipo	Valor de Emissão		Debêntures em circulação	Emissão	Vencimento	Data	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011							31/12/2012	31/12/2011		
Controladora													
6ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	540.000	-	54.000	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	3	184.278	373.529	184.278	373.529	
6ª emissão 2ª série - GPA	Sem preferência	239.850	-	23.985	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	3	81.782	165.771	81.782	165.771	
6ª emissão 1ª e 2ª séries - GPA	Swap de taxa de juros	779.650	-	-	01/03/07	01/03/13	104,96% do CDI	3	(206)	68	(206)	68	
8ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	500.000	-	500	15/12/09	15/12/14	109,5% do CDI	1.344	401.402	626.706	401.402	626.706	
9ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	610.000	-	610	05/01/11	05/01/14	107,7% do CDI	1.204	748.000	685.647	748.000	685.647	
10ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	800.000	-	80.000	29/06/11	29/06/15	108,5% do CDI	1.204	873.669	800.355	873.669	800.355	
11ª emissão de debêntures - GPA	Sem preferência	1.200.000	-	120.000	02/05/12	02/11/15	CDI + 1%	10	1.214.147	-	1.214.147	-	
Subsidiárias													
3ª emissão 1ª série - Via Varejo	Sem preferência	400.000	-	40.000	17/02/12	30/07/15	CDI + 1%	10	-	-	413.624	-	
1ª emissão - 1ª série - Nova Pontocom	Sem preferência	100.104	-	100.000	25/04/12	25/04/13	105,35% do CDI	1	-	-	105.641	-	
1ª emissão - 1ª série - NCB	Sem preferência	200.000	-	20.000	29/06/12	29/12/14	CDI + 0,72%	10	-	-	200.000	-	
1ª emissão - 2ª série - NCB	Sem preferência	200.000	-	20.0									



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vi) **Instrumentos financeiros derivativos**
Algumas operações de "swap" são classificadas como "hedge" de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor de referência dos contratos eram de R\$1.144.050 (R\$2.057.826 em 31 de dezembro de 2011). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Os derivativos da Companhia contratados a partir de 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) contratos de "swap" de dívidas em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para conversão de taxas de juros fixas e moedas estrangeiras para real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$259.883 em 31 de dezembro de 2012 (R\$607.184 em 31 de dezembro de 2011) e (ii) são primariamente relativos a debêntures, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de "swaps" com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrendamento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos "swaps" tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de "hedge" é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de "hedges" contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilização de cobertura ("hedge accounting"), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de "hedges" de valor justo.

	Consolidado			
	Valor de referência	Valor Justo		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Swap com contabilização de hedge				
Objeto de "hedge" (dívida)	1.144.050	2.057.826	1.506.413	2.398.836
Resgate ativa (comprada)				
Taxa prefixada	11,82% a.a.	377.000	685.000	521.575
US\$ + fixa	3,36% a.a.	67.050	1.372.826	996.538
		1.144.050	2.057.826	1.518.113
US\$ passiva (vendida)				
CDI 102,15% a.a.	(1.144.050)	(2.057.826)	(1.396.045)	(2.373.503)
Posição de hedge líquida			122.068	41.624
	Valor de referência	Valor Justo		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011

	Consolidado			
	Valor de referência	Valor Justo		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Swap sem contabilização de hedge				
Objeto de "hedge" (dívida)				
Resgate ativa (comprada)				
US\$ + fixa	5,92% a.a.	-	67.884	-
100% CDI +				
CDI + fixa	0,05% a.a.	259.883	539.300	266.276
		259.883	607.184	266.276
Posição passiva (vendida)	104,96% do CDI	(259.883)	(607.184)	(266.071)
Posição de "swap" líquida			205	(12.730)
Posição de "swap" líquida			122.273	28.894

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$122.273 (R\$28.894 em 31 de dezembro de 2011) e está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos".

Os efeitos do "hedge" ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram uma perda de R\$15.572 (e ganho de R\$53.307 em 31 de dezembro de 2011).

(vii) **Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos**
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para "swap", ambas divulgadas pela BM&FBOvespa.

Os valores a mercado dos "swaps" e opções cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

(viii) **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**
A análise de sensibilidade foi desenvolvida para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

(d) **Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos**
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto	Contrapartes	Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
"Swaps" cambiais registrados na CETIP (US\$ x CDI)								
Santander	US\$ 57.471		16/04/2010	10/04/2013	(1.350)	(5.680)	(839)	(5.330)
Santander	US\$ 40.000		14/03/2008	02/03/2012	-	(13.094)	-	(12.728)
Banco do Brasil	US\$ 84.000		31/03/2010	12/03/2012	-	(16.320)	-	(16.080)
Banco do Brasil	US\$ 78.500		09/02/2011	03/02/2012	-	4.964	-	5.099
Citibank	US\$ 40.000		13/02/2012	13/02/2014	6.765	-	7.145	-
Bradesco	US\$ 38.892		07/01/2011	04/01/2012	-	3.423	-	4.348
Itaú Unibanco	US\$ 175.000		01/07/2010	07/09/2013	(18.281)	(28.938)	(16.389)	(29.306)
Itaú Unibanco	US\$ 160.300		05/05/2011	16/04/2014	43.653	25.708	50.456	30.207
HSBC	US\$ 150.000		29/04/2011	22/04/2013	34.119	23.076	35.264	25.827
HSBC	US\$ 7.586		14/12/2011	07/12/2012	-	212	-	197
					4.746	186	11.210	3.421
					-	189	-	882
					-	804	-	4.408
					-	162	-	1.012
					-	394	-	2.091
					5.091	369	14.858	3.166
					4.706	161	20.363	3.031
					-	1.274	-	7.365
					132	(2)	205	(2)
					-	(35)	-	1.286
					79.581	(3.167)	122.273	28.894

"Swaps" taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)

	Contrapartes	Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
"Swaps" taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)								
Banco do Brasil	R\$ 117.000		23/12/2010	24/12/2013	4.746	186	11.210	3.421
Banco do Brasil	R\$ 53.000		23/12/2010	24/12/2012	-	189	-	882
Banco do Brasil	R\$ 160.000		23/12/2010	14/01/2013	-	804	-	4.408
Banco do Brasil	R\$ 35.000		23/12/2010	28/02/2013	-	162	-	1.012
Banco do Brasil	R\$ 80.000		28/06/2010	12/06/2013	-	394	-	2.091
Banco do Brasil	R\$ 130.000		28/06/2010	06/06/2014	5.091	369	14.858	3.166
Banco do Brasil	R\$ 130.000		28/06/2010	02/06/2015	4.706	161	20.363	3.031
Banco do Brasil	R\$ 200.000		31/03/2010	07/03/2013	-	1.274	-	7.365
Itaú Unibanco	R\$ 779.650		25/06/2007	01/03/2013	132	(2)	205	(2)
Santander	R\$ 50.000		28/06/2010	12/06/2013	-	(35)	-	1.286
					79.581	(3.167)	122.273	28.894

(e) **Opção de compra da BarTira**
Casa Bahia e a Companhia outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por NCB e pela Casa Bahia na BarTira. As condições são definidas como segue:

• Durante o período de restrição, definido no Acordo de Associação como 36 meses a partir de 1 de julho de 2010, a NCB tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social da BarTira por R\$1,00 para Casa Bahia.

• Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo de Associação, a NCB pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social da BarTira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

• Na hipótese de NCB não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de NCB pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA.

O instrumento acima foi calculado através da metodologia de Black & Scholes utilizando as seguintes métricas:

- Preço de exercício: R\$200,466 (valor atualizado pelo IPCA até a data do exercício).
- Preço do ativo à vista: R\$672,941, entretanto o valor de avaliação de 100% da empresa BarTira nas condições em que o ativo poderá ser entregue no caso de exercício da opção, ou seja, sem os efeitos do contrato desvantajoso de fornecimento.
- Volatilidade: 28% com base em empresas comparáveis.
- Prazo para exercício: 10 meses.
- Taxa livre de risco: 5,8% ao ano.
- Valor justo do instrumento em 31 de dezembro de 2012: R\$306.739.

(f) **Opção de compra da Rede Duque**
A opção de compra no valor de R\$50.000 é atualizada por 110% do CDI e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido no resultado financeiro o montante de R\$2.318, vide nota explicativa nº 15.

21. **Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados**
a) **Impostos e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PIS e COFINS a pagar	47.988	51.421	251.902	137.457
Provisão para imposto de renda e contribuição social	22.991	13.448	147.915	177.739
ICMS a pagar	24.906	-	233.154	-
Outros	5.623	4.233	17.790	17.220
	101.508	69.102	650.761	332.416

b) **Impostos parcelados**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos parcelados	1.248.158	1.344.662	1.349.955	1.440.636
Lei nº 11.941/09 (i)	18.043	21.219	19.056	22.388
Outros (ii)	1.266.201	1.365.881	1.359.911	1.463.922
Circulante	147.172	163.214	155.368	171.212
Não circulante	1.119.029	1.202.667	1.204.543	1.291.810

(i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) - a Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu por meio de seus artigos 1º ao 13º parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a esse parcelamento.

(ii) Outros - a Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e podem ser pagos em 120 meses.

22. **Imposto de renda e contribuição social**
a) **Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.235.642	803.299	1.676.334	804.655
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a Companhia e 34% para suas subsidiárias	(308.910)	(200.825)	(502.900)	(241.397)
Reversão de provisão para não realização de imposto de renda diferido	-	-	-	106.196
Multas fiscais	(2.704)	(2.371)	(4.671)	(3.053)
Recuperação/reversão de crédito	(17.275)	30.098	(17.275)	31.026
Equivalência patrimonial	150.926	93.671	3.246	10.448
Outras diferenças permanentes não tributáveis (não dedutíveis)	(6.498)	(5.653)	1.702	11.781
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(184.461)	(85.080)	(519.898)	(84.999)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Corrente	(144.941)	-	(326.550)	(142.117)
Diferido	(39.520)	(85.080)	(193.348)	57.118
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(184.461)	(85.080)	(519.898)	(84.999)
Taxa efetiva	14,93%	10,6%	31,00%	10,6%
A CBD não paga contribuição social (9% com base em uma ação judicial transitada em julgamento favorável no passado.				

b) **Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais	7.095	61.470	796.771	764.524
Provisão para demandas judiciais	97.666	70.326	269.390	269.555
Provisão para operações com instrumentos financeiros				
derivativos tributados pelo regime de caixa	25.014	21.905	22.608	57.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.375	1.388	75.394	82.147
Amortização fiscal de ativo	43.162	46.052	(270.666)	(178.200)
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	441	2.938	1.320	4.132
Ajuste Leasing Lei 11.638/07	7.158	8.159	6.374	(1.657)
Ajuste a Marcação a Mercado Lei 11.638/07	729	581	729	549

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOvespa. Dessa maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No cálculo do valor justo, as dívidas e os "swaps" são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e Dxlene, índices divulgados pela BM&FBOvespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgada pela CETIP e calculada pelo método da interpolação exponencial.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) "Hedge" de valor justo (nas datas de vencimento)

Operações	Risco	Projeção de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa prefixada	Aumento da taxa	(589.413)	(589.413)	(589.413)
"Swap" (posição ativa a taxa prefixada)	Aumento da taxa	589.508	589.508	589.508
	Efeito líquido	95	95	95
	Queda do CDI	(535.158)	(550.389)	(566.045)
"Swap" (posição passiva em CDI)	Efeito líquido total	-	-	(15.231)
Efeito líquido total				(30.887)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receitas antecipadas
As subsidiárias Via Varejo e NCB receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso ("Back lights") para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Garantias complementares ou estendidas	513.003	446.747
Contrato Finaas	-	1.714
Contrato de permuta	32.975	2.382
Back Lights	17.807	12.478
	563.785	463.321
Circulante	92.120	81.915
Não circulante	471.665	381.406

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
	31/12/2012
2014	73.911
2015	75.640
2016	170.237
2017	70.293
2018	49.268
2019	49.268
2020	42.348
	471.665

27. Patrimônio líquido
a) Capital social
O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2012, é representado por 263.410 (260.239 em 31 de dezembro de 2011) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e 163.730 em milhares de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2012 (160.559 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

No exercício de 2012 a Companhia aumentou o capital social em 3.171 mil ações preferenciais decorrente do exercício de opções de ações, sendo:

- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$515 mediante a emissão de 36 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$161 mediante a emissão de 1.876 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de junho de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$12.332 mediante a emissão de 897 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de setembro de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$246 mediante a emissão de 8 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de outubro de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$5.776 mediante a emissão de 250 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$2.441 mediante a emissão de 104 mil ações preferenciais.

b) Direitos das ações
As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; e (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

c) Reserva de capital - reserva especial de ágio
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$105.675 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Desse total, R\$21.135 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$84.540 foram capitalizados em proveito da acionista controladora Wilkes, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM nº 319/99, mediante a emissão de 1.354 milhares de novas ações preferenciais.

Essa reserva foi gerada pela reestruturação societária realizada em 2006, consistindo na incorporação da antiga holding da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398, representando um benefício tributário futuro por meio da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor	
Saldos em 31 de dezembro de 2011										
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(835)	(6)	7	
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	6	
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(212)	-	456	
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(237)	-	456	
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(162)	-	352	
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(94)	-	88	
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	299	
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	-	-	299	
						4.453	(2.477)	(13)	1.963	

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor	
Saldos em 31 de dezembro de 2012										
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(841)	(7)	-	
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(943)	(7)	-	
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(668)	-	-	
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(693)	-	-	
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(257)	(2)	255	
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(118)	(1)	63	
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(59)	(11)	229	
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(59)	(11)	229	
Série A6 - Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	(66)	(19)	441	
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	(66)	(19)	441	
						5.505	(3.770)	(77)	1.658	

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de Administração do plano em 30 de março de 2011 aprovou que não houve redução e/ou aceleração referente a Série A2.

Em 31 de dezembro de 2012, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$90,50 para cada ação.

(ii) **Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - GPA**
O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 31 de dezembro de 2012 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2012	31/12/2011
Quantidade de ações	263.410	260.239
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.658	1.963
Percentual máximo de diluição	0,63%	0,75%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,81% (1,09% em 31 de dezembro de 2011), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 33,51% (25,14% em 31 de dezembro de 2011) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 10,19% (12,43% em 31 de dezembro de 2011). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de 1,64 anos (1,77 anos em 31 de dezembro de 2011). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$51,19 (R\$44,96 em 31 de dezembro de 2011).

Ações	Média ponderada		Valor do preço de exercício	prazo contratual remanescente	Intrínseco agregado
	31/12/2012	31/12/2011			
Em 31 de dezembro de 2011					
Em aberto no início do exercício	2.512	14,31			
Outorgadas durante o exercício	598	27,36			
Canceladas durante o exercício	(11)	42,32			
Exercidas durante o exercício	(1.111)	20,68			
Expiradas durante o exercício	(25)	32,64			
Em aberto no fim do exercício	1.963	16,90		1,77	98,371
Total a exercer em 31 de dezembro de 2011	1.963	16,90		1,77	98,371
Em 31 de dezembro de 2012					
Outorgadas durante o exercício	1.052	32,08			
Canceladas durante o exercício	(64)	29,40			
Exercidas durante o exercício	(1.293)	16,46			
Expiradas durante o exercício	-	-			
Em aberto no fim do exercício	1.658	26,40		1,64	106,168
Total a exercer em 31 de dezembro de 2012	1.658	26,40		1,64	106,168

Em 31 de dezembro de 2012 não haviam opções a serem exercidas.

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e do Consolidado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$45.022 (R\$26.869 em 31 de dezembro de 2011).

Dividendos
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$102.949, correspondentes a R\$0,37 por ação ordinária e R\$0,41 por uma ação preferencial. O valor total dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, incluindo o valor de R\$67.628 de dividendos antecipados, foi de R\$170.577, o que corresponde a R\$0,62 por ação ordinária e R\$0,68 por ação preferencial.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de maio de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2012, no valor total de R\$27.814 sendo R\$0,11 por ação preferencial e R\$0,10 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 20 de junho de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de julho de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao segundo trimestre de 2012, no valor total de R\$27.913 sendo R\$0,11 por ação preferencial e R\$0,10 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 13 de agosto de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de outubro de 2012 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao terceiro trimestre de 2012, no valor total de R\$27.941 sendo R\$0,11 por ação preferencial e R\$0,10 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 23 de novembro de 2012.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de dividendos aos seus acionistas no valor de R\$83.668,

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador. Em AGE realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$200.905 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Desse total, R\$40.180 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$160.725 foram capitalizados em proveito da Wilkes.

Opções outorgadas reconhecidas
Na rubrica "Opções outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos baseados em ações aos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2) - Pagamentos Baseados em Ações. Reservas de lucros

(i) *Reserva legal* é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
(ii) *Reserva para expansão* constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capitais fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

Nos termos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$358.415, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2012.

Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais
(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*
Nos termos das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, foi aprovada a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e funcionários serão realizadas da seguinte forma:
As opções são classificadas das "Silver" e "Gold", sendo que, a quantidade de opções "Gold" poderá ser reduzida e/ou aumentada (reduzir ou acelerar), a critério do Comitê de Administração do plano, no decorrer dos 36 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo "Silver" será o correspondente à média do preço de fechamento das BM&FBovespa das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBovespa, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo "Gold" será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções "Silver", não sendo possível a outorga ou o exercício de opções "Gold" isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo "Silver" e "Gold" passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção "Silver" é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção "Gold" é variável, sendo estipulada na data da outorga a quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o retorno sobre o capital investido "Return Over Invested Capital" - ROIC apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga. De acordo com o item 3.3 do Plano, o Comitê decidiu que, a partir da Série A6, inclusive, a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo "Gold" será apurado com base no atendimento ao "Return on Capital Employed" - ROCE da CBD.

Como regra geral do Plano de Opção, que pode ser alterada pelo Comitê de "Stock Option" em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como "Silver". O exercício das opções classificadas como "Gold" ocorrerá no mesmo exercício, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de "Stock Option" no 35º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção poderão ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções "Gold" são adicionais às opções "Silver" e, dessa forma, as opções "Gold" somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções "Silver". O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, devendo ser pago o preço de exercício em 1ª parcela, devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações preferenciais, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

As informações relativas ao plano de opção de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				
				Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor	
Saldos em 31 de dezembro de 2011										
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(835)	(6)	7	
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	6	
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(212)	-	456	
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(237)	-	456	
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(162)	-	352	
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(94)	-	88	
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	299	
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	-	-	299	
						4.453	(2.477)	(13)	1.963	

conforme acima, realizadas no exercício de 2012. O valor do dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$165.987 (R\$102.949 em 31 de dezembro de 2011), o qual corresponde a remuneração de R\$0,593716430 por ação ordinária e R\$0,653088073 por ação preferencial.

Lucro líquido do exercício	Dividendos propostos	
	31/12/2012	31/12/2011
Reserva legal	1.051.181	718.219
Base de cálculo dos dividendos	(52.559)	(35.910)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	998.622	682.309
Dividendos intermediários pagos	(83.668)	(67.528)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício	165.987	102.949
Dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores	520	438
Dividendos a pagar	166.507	103.387

28. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de vendas				
Mercadorias	21.090.148	19.689.661	56.695.970	52.403.743
Prestação de serviços	113.557	91.878		



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os conselheiros, no exercício das suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro 2012 da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sem ressalvas, os conselheiros opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral de Acionistas e o seu encaminhamento ao Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013

Conselheiros
Mario Probst

Fernando Maida Dall Acqua

Raimundo Lourenço Maria Christians

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013

Christophe José Hidalgo
Diretor de Finanças e Serviços Corporativos

Enéas César Pestana Neto
Diretor Presidente

Vitor Fagá de Almeida
Diretor de Relações Corporativas e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012, emitido nesta data.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013

Christophe José Hidalgo
Diretor de Finanças e Serviços Corporativos

Enéas César Pestana Neto
Diretor Presidente

Vitor Fagá de Almeida
Diretor de Relações Corporativas e Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Brasileira de Distribuição
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Companhia Brasileira de Distribuição** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Brasileira de Distribuição** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,

a posição patrimonial e financeira consolidada da **Companhia Brasileira de Distribuição** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores da Controladora e do Consolidado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de fevereiro de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2012, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2011 tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco

Contador

CRC nº 1 SP 138635/O-2